

# As manifestações de junho de 2013: os ‘baderneiros’, o chamado e a condição do professor

(June 2013 riots: the ‘troublemakers’, the calling and the teacher’s condition)

**Eliane Righi de Andrade<sup>1</sup>, Maria de Fátima Amarante<sup>2</sup>, Carlos A. Zanotti<sup>3</sup>**

<sup>1,2</sup>Faculdade de Letras – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

<sup>3</sup>Faculdade de Jornalismo – Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)

eliane.righi@puc-campinas.edu.br, fatimaamarante@uol.com.br, zanotti@puc-campinas.edu.br

**Abstract:** This article focuses on identity representations that emerge from different discursive spaces (a printed newspaper and Facebook posts), which are related to the social mobilization that took place in Brazil along the second semester of 2013. Using a discursive perspective, our aim is to articulate the effects of meaning to the conditions of production that affect the discourse, which means that language and History are connected to produce meaning. We can observe that in the contemporary environment, highlighted by hegemonic discourses, such as the economic and the media ones, the identity can be considered an ongoing process and the subjectivity is pervaded by a need of sharing things and thoughts in a way that people can feel part of a imaginary community and, at the same time, connected to the world.

**Keywords:** Identity; Social Networks; Press Media.

**Resumo:** Este artigo focaliza as representações identitárias que emergem de diferentes espaços discursivos (um jornal impresso e postagens do Facebook), as quais se relacionam à mobilização social que ocorreu no Brasil ao longo do último semestre de 2013. Por meio de uma abordagem discursiva, nosso objetivo é articular os efeitos de sentido às condições de produção do discurso, o que significa que língua e história estão aliadas na produção de sentidos. Podemos observar que, na contemporaneidade, a qual é marcada por discursos hegemônicos, tais como o econômico e o da mídia, a identidade pode ser encarada como um processo em movimento e a subjetividade é invadida por uma necessidade de compartilhar coisas e pensamentos, de modo que as pessoas se sintam parte de comunidades imaginárias e, ao mesmo tempo, conectadas ao mundo.

**Palavras-chave:** Identidade; Redes Sociais; Mídia Impressa.

## Introdução e pressupostos teóricos

Este artigo tem como objetivo apresentar algumas reflexões sobre a construção das identidades na contemporaneidade, por meio do estudo de formas de subjetivação que emergem em diferentes espaços discursivos. Amparamo-nos primeiramente na definição foucaultiana de modos de subjetivação (FOUCAULT, 2001) pela qual entendemos que o sujeito é produto de processos contínuos de modelagem num espaço histórico social definido. Dessa forma, pensamos que a imersão do sujeito num mundo altamente tecnologizado marcará, conseqüentemente, suas formas de se dizer no mundo, de se relacionar e, portanto, de se constituir identitariamente.

Nossa proposta neste trabalho é, pois, discutir alguns indícios dessa identidade em construção, amparados principalmente em estudos do discurso (FOUCAULT, 2001; PÊCHEUX, 1997; ALTHUSSER, 1978), em estudos sociológicos (CASTELLS, 2006; 2013), das novas tecnologias (TURKLE, 2011; LÉVY, 1998) e nos estudos da desconstrução de Derrida (1991).

Lévy (1998) foi um dos primeiros autores a apontar como característica da virtualidade um desprendimento das dimensões de tempo e espaço, o qual associamos a uma desterritorialização do sujeito, vencendo na virtualidade as barreiras do tempo pelos processos de relação síncronos e assíncronos. Dessa forma teríamos, de algum modo, um retorno à cultura nômade, definida por relações de constante movimento. Tal noção pode ser aplicada, assim, à construção das identidades e aos modos como o sujeito se relaciona dentro e fora desse “espaço” virtual. A virtualidade, portanto, não está confinada ao imaginário, mas opera efeitos sobre o mundo que chamaríamos de “real”. Segundo o autor, ainda, um dos reflexos da virtualização é um abalo nas identidades clássicas, determinadas pela exclusão e o confinamento de grupos em espaços geográficos definidos, com valores culturais delimitados, que o distinguem do outro. Assim, a virtualização seria um espaço para promover o “acolhimento da alteridade” (LÉVY, 1998, p. 25).

Turkle (2011), reafirmando o pensamento de Lévy (1998), aponta que há a erosão das fronteiras entre o virtual e o real, uma vez que os sujeitos entram e saem da “vida” na tela, experimentando diferentes identidades. Assim, o “eu” torna-se menos uno e mais multifacetado, fazendo com que sua existência dependa da tecnologia. Em decorrência dessa característica, a autora entende que, na virtualidade, o sujeito se relaciona com o outro de uma maneira “objetificada”, ao encorajar laços sociais frágeis e não duradouros, devido à volatilidade do meio virtual e pela grande exposição que este implica.

Outro fator que influencia o processo de construção das identidades potencializado pelas novas tecnologias é a centralização do papel da mídia na vida das pessoas, no seu modo de interpretar o mundo, pois, segundo Castells (1999, p. 367):

[e]m virtude dos efeitos convergentes da crise dos sistemas políticos tradicionais e do grau de penetrabilidade bem maior dos novos meios de comunicação, a comunicação e as informações políticas são capturadas essencialmente no espaço da mídia. Tudo o que fica de fora do alcance da mídia assume a condição de marginalidade política.

Desse modo, pode-se pensar também em novos processos decisórios e novas formas de governar, alterando a relação Estado e sociedade. Voltamo-nos, então, aos estudos de Foucault (2004) sobre as tecnologias e as tecnologias de si, que se referem aos dispositivos que são criados pelas sociedades para se autogovernarem e que são responsáveis também por produzirem certos modos de subjetivação. Assim, as técnicas contemporâneas delineiam uma arte de existência, um modo de vida e um conhecimento sobre o sujeito.

Nesse breve artigo pretendemos estudar indícios desses modos de existência articulados às tecnologias digitais, por meio da análise de representações do sujeito em espaço discursivo proveniente do mundo digital: as mobilizações de junho de 2013 no Facebook e representações de professor materializadas nessa rede social de 20 de junho a 15 de outubro de 2013. Abordaremos, ainda, outro espaço discursivo, este proveniente de uma mídia tradicional – o jornal impresso – cujo foco também será sobre as representações referentes às mobilizações, mais especificamente sobre as nomeações que os textos jornalísticos utilizam para designar os participantes bem como tais movimentos sociais ao longo dos dias em que se seguiram as mobilizações, de acordo com a aderência do público ao evento. Embora com materiais diversos, a análise que empreenderemos está amparada pelo viés discursivo e permite que olhemos para tais “fatos discursivos”,

no sentido de restaurar-lhes a ideia de acontecimento, como apregoam Pêcheux (1997) e Foucault (2004), acreditando na capacidade que o discurso tem de trazer à tona as “ce-suras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis” (FOUCAULT, 2002, p. 58).

Como caracterizaríamos então o sujeito nesse momento contemporâneo nomeado diferentemente por diversos autores, tais como modernidade tardia (GIDDENS, 2002), modernidade líquida (BAUMAN, 2001), desmodernização (TOURAINÉ, 1997) e condição pós-moderna (LYOTARD, 1998)? Por um lado, acreditamos que, como sujeito social e da linguagem, ele é atravessado pelos discursos e pela memória discursiva e, por outro, constitui-se de seu desejo, que surge sempre de uma falta, uma vez que se constrói a partir do Outro, imerso nas formações inconscientes. No entanto, devido à presença de discursos hegemônicos no momento atual, tais como o discurso capitalista do consumo, seu desejo tem se transformado em uma demanda pulsional, que deve ser satisfeita a qualquer custo.

Outra característica atribuída ao sujeito por Touraine (1997, p. 79) é a “morte do ego”, uma vez que “descobrimos que a sua [do ego] unidade era apenas a projeção no indivíduo da unidade e da autoridade do sistema social, do Príncipe transformado em Pai e interiorizado em normas morais”, o que nos aproxima da visão psicanalítica de sujeito. Isso implica um sujeito em que a razão como princípio unificador do mundo social é questionada e a ilusão de unidade se fragmenta em identidades múltiplas ou, como aponta Dias (2012), ao tratar da subjetividade em relação ao mundo virtual, a identidade é encarada como um processo de experimentação, portanto, móvel e fluido.

Se pensarmos, então, a contemporaneidade como um momento de confronto e também de coexistência entre valores modernos e pós-modernos, podemos então entender, pelo funcionamento da linguagem e do discurso, a (con) fusão entre a expressão do sujeito, atravessada por sentidos estabilizados, por referências geográficas e temporais mais fixas, e os momentos de dispersão e extravasamento, que o remetem a novas formas de se relacionar com o Outro, consigo mesmo e com as dimensões de tempo e espaço.

Silva (2004, p. 164) aponta que as tecnologias nômades de comunicação, representadas pelas redes de comunicação virtual, constituem um espaço híbrido, em que não se faz necessária a presença física do outro e que este ainda pode estar em constante deslocamento, criando a “a implicação de contextos que cria a experiência de multiusuários”.

Neste trabalho, então, discutiremos algumas representações identitárias, entendidas como traços do imaginário social constituído a partir de um contexto histórico-cultural, e que permeiam a formação das identidades em diferentes espaços discursivos trazidos para a análise: a nomeação dada às manifestações de junho de 2013 bem como a seus participantes, no jornal impresso, a relação dentro/fora nas postagens sobre tais manifestações dentro de uma rede social e a representação objetificada do professor nas imagens compartilhadas no Facebook na esteira desse movimento.

## **Baderneiros e cidadãos no jornalismo impresso**

Nesta primeira parte do trabalho, pretendemos refletir acerca de como os manifestantes de junho de 2013 foram representados no jogo das relações de poder mediadas

pelo jornalismo impresso. Para tanto, reunimos um *corpus* formado por reportagens e editoriais publicados no jornal *Correio Popular*, de Campinas, entre os dias 13 e 24 daquele mês. As notícias referentes à cidade foram produzidas pelos repórteres do próprio jornal, enquanto a cobertura das manifestações em outras localidades, incluindo São Paulo e Brasília, foi feita por agências noticiosas. Entre as agências, destacam-se os serviços da FolhaPress, Agência Estado e Agência Brasil, esta última ligada ao Governo Federal, que distribui gratuitamente as notícias que produz.

Para Althusser (1978), os meios de comunicação, particularmente os jornais, atuam como aparelhos ideológicos do Estado (AIEs), tanto quanto a escola, a família ou a religião. Enzensberger (1978) já prefere chamá-los de “indústrias da consciência”, uma vez que exerceriam poder hegemônico enquanto mecanismos de controle e de manipulação. Foucault (1979, 2007), pesquisador que não se dedicou a estudar especificamente o jornalismo ou os meios de comunicação, oferece-nos pistas para compreender o papel da imprensa, uma vez que o discurso é a forma material das relações mediadas pelo jornalismo. Assim, dadas às características do *corpus* aqui reunido, o aporte teórico da Análise de Discurso de linha francesa nos oferecerá o suporte com o qual procuraremos delinear traços identitários que envolvem a nomeação na cobertura dos eventos de junho de 2013.

O *corpus* aqui reunido foi dividido, segundo as classificações do jornalismo, em dois distintos gêneros (ou categorias) textuais: informativo e opinativo. O primeiro agrupa os textos noticiosos, enquanto que o segundo, os textos analíticos. Melo (1994) já demonstrou a hipocrisia desse modelo, pois, ao selecionar temas, fontes e expressões utilizados nas notícias, o jornal já produz um recorte ideológico. A única diferença, portanto, entre um gênero e outro estaria não na exclusão da opinião em um deles, mas em sua dissimulação nos textos informativos. Ambos os gêneros, contudo, funcionam em um mesmo sentido:

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é “necessário” pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 16-17)

Como nos lembra Correia (2011, p. 113), as notícias acontecem na conjunção de acontecimentos e textos. Ou seja, não há notícia que possa ser destituída de sua condição enunciativa, sendo que o próprio enunciado torna-se parte constitutiva do acontecimento que, como tal, possui potencialidades para desdobrar-se em novos acontecimentos. Os chamados “marqueteiros” invariavelmente adotam essa lógica, produzindo fatos com potencialidades para ganharem a atenção da mídia e, assim, retroalimentarem o acontecimento anteriormente produzido com a intenção de que vire notícia.

A origem das manifestações de junho, convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL) para o dia 11 daquele mês, na Praça da Sé, foi igualmente produzida com a intenção de que virasse notícia. Seus organizadores esperavam que, ao ver esse acontecimento retratado na mídia, o movimento ganhasse adesões e revertesse o anunciado aumento de 20 centavos para a tarifa de ônibus na mais importante cidade brasileira. A violência da repressão policial, contudo, forneceu o combustível necessário à batalha campal que

se sucedeu e que ganhou adesões em todo o território nacional. Insatisfações de toda ordem se juntaram em passeatas e aglomerações, dando origem ao bordão “Não são os 20 centavos” – cunhado pelos manifestantes – para justificar um fenômeno até então não vivenciado pela sociedade brasileira. Edifícios públicos, que representam o poder estatal; empresas de ônibus, cuja má qualidade do serviço prestado justificava a ira de manifestantes diante de um aumento de preço; agências bancárias, simbolicamente os representantes da especulação financeira; e veículos da imprensa – identificados como porta-vozes da elite dominante – foram os principais alvos da agressividade dos manifestantes mais exaltados.

A análise que empreendemos se deteve à observação da variedade lexical da qual a imprensa lançou mão para noticiar a sequência dos acontecimentos que decorreram do ato público do dia 11 e nomear os participantes nesses eventos. A legitimidade do método reside no fato de que a materialidade constituída pelo léxico adotado implica uma interpretação positiva ou negativa do acontecimento (CORREIA, 2011). Ou seja, ao nomear, isolam-se campos, recorta-se o mundo, um mecanismo que funciona eficazmente nas chamadas sociedades disciplinares (GOMES, 2003), nas quais a conclamação à ordem se dá pelo exercício do convencimento.

No Quadro 1, a seguir, relacionamos os títulos de notícias e de reportagens, textos que pertencem ao gênero informativo (portanto, “isentos” de opinião), publicados pelo *Correio Popular* naquele período, para que se possa observar a sequência de títulos na ordem em que foram sendo publicados.

A análise permite indicar que a adoção do termo “baderna” para tipificar os episódios que se sucederam à manifestação convocada pelo MPL implica ter ocorrido, no dia 12,<sup>1</sup> um acontecimento de caráter disfuncional, negativo, pois o léxico escolhido pressupõe a existência um estado “de normalidade” contra o qual houve uma insurgência. Em termos ideológicos ou superestruturais, a ordem seria, portanto, o modelo de sociedade calcado no respeito à propriedade privada, na aceitação do lucro e na obediência a regras e leis que sustentam as economias de mercado. “Baderna”, nesse caso, ideologicamente falando, exprime um juízo de valor, um julgamento que, segundo os fundamentos inaugurados por Samuel Buckley (apud MELO, 1994, p. 22), não poderia existir em textos informativos, como é o caso. No entanto, como bem apontado por Melo (1994, p. 88), a exclusão da opinião não passa de uma estratégia de dissimulação do caráter opinativo dos textos noticiosos.

**Quadro 1.** Títulos nas primeiras páginas do *Correio Popular*, em junho de 2013<sup>2</sup>

Dias	Títulos das chamadas
13	DA BADERNA PARA A PRISÃO
14	GUERRA CAMPAL: Selvageria tumultua SP em novo protesto contra tarifa
15	CONTRÁRIO AOS ABUSOS: Alckmin condena vandalismo e apura ação da PM

<sup>1</sup> A manifestação noticiada em Campinas refere-se ao segundo dia dos atos públicos, este ocorrido na Av. Paulista, coração financeiro de São Paulo.

<sup>2</sup> Textos em itálico indicam esclarecimentos que julgamos necessários à compreensão dos títulos, que foram grafados (em caixas alta ou baixa) conforme o empregado pelo jornal. Em cada página, a ordem implica a hierarquia disposta na publicação.

16	Manifestantes e polícia se confrontam em Brasília
17	SECRETÁRIO PEDE REUNIÃO COM MANIFESTANTES PARA EVITAR NOVO CONFRONTO: Grella Vieira quer impedir tom bélico na manifestação prevista para hoje, na Capital, onde jovens voltarão a usar máscaras
18	O DESPERTAR DO BRASIL (Linha-fina) Manifestações tomam as ruas de 11 capitais, ampliam revolta iniciada com a reivindicação do passe livre e chegam ao núcleo do poder no Congresso Nacional, em Brasília, à Assembleia Legislativa do Rio e ao Palácio dos Bandeirantes em SP
19	Campinas: protesto começa no Rosário e cancela folga da GM <i>*(chamada para evento do dia seguinte)</i>
	Manifestação tenta invadir Prefeitura e lota a Paulista
20	Efeito dominó reduz a tarifa do transporte em Campinas <i>(Foto que acompanha é de um ambulante campineiro, de 62 anos, vestido com verde e amarelo que conclama manifestantes)</i>
21	PLANO ERA DE PAZ MAS A BARBÁRIE VENCEU
22	DILMA CONVOCA PACTO Mesmo grupo de vândalos repete violência no Centro <i>Demais chamadas de capa incluem “Ato das crianças será no Taquaral”</i>
23	Liderança jovem repudia vandalismo em Campinas Com protestos, caras-pintadas revivem época do Fora Collor Atos refletem a ‘realidade crítica’ Manifestação tem prisão e estragos MPL volta atrás e se mantém na rua
24	Tarifa de R\$ 3 entra em vigor hoje em Campinas Manifestantes prometem voltar com força às ruas <i>(Chamada acima da manchete, foto de mascarado com bandeira)</i>

Ademais, sem que se pretenda questionar qual funcionalidade existiria em um sistema de transporte que não atende às necessidades de seus usuários, ressalte-se que nomear (baderneiros) implica recortar campos, isolar, como bem nos lembra Gomes (2003, p. 20). Aos isolados, conforme o próprio título sugere (DA BADERNA PARA A PRISÃO), recomenda-se o castigo como mecanismo de resgate.

Menos sutil que sugerir a existência de uma ordem natural nas economias de mercado, observa-se que, na edição do dia 18, o jornal rompeu com todas as regras da objetividade (o fundamento da estratégia de Buckley) ao dar a manchete “O DESPERTAR DO BRASIL” para a reportagem que informava em sua linha-fina (ou subtítulo): “Manifestações tomam as ruas de 11 capitais, ampliam revolta iniciada com a reivindicação do passe livre e chegam ao núcleo do poder no Congresso Nacional, em Brasília, à Assembleia Legislativa do Rio e ao Palácio dos Bandeirantes em SP”. O título sugeria, portanto, que até aquele momento o país parecia estar adormecido no “berço esplêndido” a que faz alusão seu Hino Nacional.

A manchete marcou uma guinada de 180 graus na tonalização empregada até aquele momento nas coberturas das manifestações de rua. A negatividade deu lugar à positividade no jogo de representações, pois o ato de acordar implica ficar atento e se transformar em sujeito de sua própria história. E o título, que deveria ser informativo, estava agora claramente assumindo um posicionamento – uma opinião. Essa mistura não dissi-

mulada de gêneros é chamada, no jornalismo, de editorialização, estratégia que consiste em opinar onde a exigência seria informar com a maior objetividade possível. Nesse momento, o discurso subjacente ao enunciado sugere a cooptação do movimento, não para uma ruptura com o sistema, mas para domesticar e canalizar sua energia contra os titulares das instituições apontadas no subtítulo, a saber, os poderes Executivo e Legislativo.

Não surpreende, portanto, que o editorial publicado no dia seguinte, em 19 de junho, fazia um *mea-culpa* sob o título “Um protesto com a cara do Brasil”. Aquilo que, no início da cobertura, os editorialistas qualificaram como “baderna” que “não deve ser tolerada” passou a significar “uma mobilização” que “ganhou forma e força”. No dia 22, período no qual encerramos o levantamento do *corpus*, a publicação elevava o tom de sua nova postura: “o que ressalta no movimento é a espontaneidade, abrangência e o foco difuso das reivindicações, que se catalisaram no propósito comum de reverter o estado de coisas que domina o Brasil há mais de uma década”.

O “estado de coisas” – ao que sugere o período de tempo mencionado – nem de longe questiona a legitimidade da organização social e política do país. Refere-se, isso sim, ao número aproximado de anos em que o Partido dos Trabalhadores (PT) já se mantinha na Presidência da República. Há uma dupla intenção nessa representação. Pela primeira, o jornal evita a ruptura com seus leitores, indicando uma saída institucional para os conflitos que eclodiram; e, pela segunda, aponta seus adversários político-partidários como a fonte de todos os descontentamentos que marcaram aquele período da história recente do Brasil. Além dos governantes, estavam entre os adversários da sociedade “acordada de seu sonho” os “criminosos” que atentaram contra a segurança de propriedades públicas e privadas. Nada se falou da insegurança que aflige usuários do sistema de transporte urbano, sujeitos a atrasos, superlotações e perda de dias de trabalho; menos ainda se disse a respeito de um modelo de sociedade cuja riqueza de alguns só se torna possível diante da exploração da maioria.

## Modos de compartilhamento do movimento no Facebook

Nesta segunda parte do trabalho, selecionamos duas postagens do dia 17 de junho, publicadas no Facebook. No primeiro deles, observamos que um membro do Facebook compartilha uma foto de uma página (4EVER) – ali também sitiada – com uma mensagem aos amigos virtuais, compartilhada, por sua vez, a partir de um outro site (*AnonymousBR PPP*).

### Recorte 1

***Fulano*<sup>3</sup> shared 4EVER's photo.**

ATENÇÃO GALERA!!!

Vamos todos colocar em nossos perfis uma foto da BANDEIRA DO NOSSO BRASIL em homenagem ao dia de amanhã. Vamos colaborar com os manifestantes virtualmente também, já que muito de nós não pode estar nas ruas, lutando. Compartilhem para que todos consigam saber e lutar JUNTOS. Valeu!

Via: Anonymous

BR-Ramona

<sup>3</sup> Retiramos das postagens os nomes que aparecem na rede para manutenção do anonimato, apesar de que tal material pode ser acessado por qualquer um, por sua natureza pública. Utilizaremos aqui as nomeações de *Fulano*, *Beltrano* e *Sicrano* para diferenciar os enunciadores nos dois recortes.



1Like · · 1Share

Primeiramente, o enunciador se dirige a um público que nomeia como “galera” – em letras maiúsculas, o que já marca um destaque – e remete a alguns sentidos já postos. Segundo o dicionário *Michaelis online*, o termo galera inicialmente designava um “barco de guerra”, o que nos remete a uma memória discursiva em que “estamos todos no mesmo barco, lutando contra um inimigo comum”. No entanto, sabemos que nesse contexto específico do recorte o substantivo feminino galera se refere ao registro popular de “1. o conjunto de pessoas que aplaude e incentiva um grupo em competição; torcida. 2. conjunto de amigos, turma”. Dessa forma, o enunciador toma o dizer como algo pessoal, direcionado ao grupo (seleto) de amigos que provavelmente defendem a mesma “causa” ou que compartilham as mesmas ideias, fazendo com que o sentido de uma comunidade coesa e com certa intimidade apareça. Nesse “chamado” à participação, pede aos amigos que seja postada uma bandeira brasileira em seus perfis.

Podemos observar que o enunciador, num gesto que parece patriótico, se “apodera” de valores nacionalistas, ao colocar o pronome possessivo “nosso” antes de país. Esse recurso parece remontar a uma memória discursiva, em termos do que apregoa Pêcheux (1997), impregnada de valores aparentemente cívicos de um passado recente, junto com a apresentação de um símbolo nacionalista, a bandeira do país, relevando a importância da data talvez histórica (a grande manifestação que estava acontecendo e que poderia mudar os rumos do país).

Nesse momento, o enunciador, que compartilha sua intenção com o grupo todo, revela um primeiro momento de cisão em relação a quem vai para as ruas se manifestar: “vamos colaborar com os manifestantes virtualmente”. Ou seja, nesse momento, não faz parte desse grupo, embora proponha a participação virtual, já que “muito de nós não pode (*sic*) estar nas ruas, lutando”. Percebe-se, então, que os espaços do mundo real e virtual interagem, mesclam-se, como aponta Silva (2004), compondo um cenário híbrido em que a realidade virtual também provoca efeitos de sentido sobre o acontecimento das ruas.

No entanto, a pergunta que nos fazemos é qual seria o motivo de não poder estar “lutando” – e esse termo remonta a um estado de guerra – com o grupo na rua? Que impossibilidade é essa que limita à virtualidade sua participação? Será que tais pessoas teriam outras atribuições no dia a dia, como o trabalho, impedindo-as de estarem na manifestação presencialmente? Será que se sentem participando do mesmo jeito estando “conectados” à rede ou, de alguma forma, desprezam seu envolvimento pessoal na manifestação, já que isso remete a riscos que o manifestante virtual prefere não correr – ou que não precisa correr?

Se pensarmos também no fator representatividade, já que toda a democracia se exerce dessa forma, seriam os manifestantes na rua os representantes legítimos dos anseios de uma maioria expectadora de forma que eles pudessem ser elevados à categoria de mártires, que se sacrificam pelo povo? Ou, como articula Castells (1999), uma vez que as identidades se constroem sobretudo no espaço midiático, o sujeito precisa estar nele representado (virtualmente ou de forma real) de modo a se sentir parte do acontecimento das manifestações?

Além disso, há mais do que um incentivo à participação, há certo apelo à mesma, com a utilização de verbos no imperativo: “vamos” (duas vezes) e “compartilhemos”, o que caracteriza ainda certa militância do enunciador. No entanto, como podemos verificar na postagem, essa é trazida de outro espaço enunciativo virtual (AnonymousBR), a partir de um outro enunciador (identificado pelo talvez pseudônimo “Ramona”), o que nos remete à apropriação dos dizeres nas redes e a um novo olhar sobre a autoria, outra questão bastante relevante na virtualidade, mas que não nos propomos a discutir aqui.

A postagem se encerra com uma forma de divulgação do evento (“para que todos consigam saber”) e, ainda, com um estímulo à participação do grupo (“lutar JUNTOS”), que retoma o discurso militante da postagem. Portanto, o que percebemos é que há um movimento constante entre o “dentro” – estar com o grupo nas ruas virtualmente; compartilhar os mesmos objetivos, ou seja, ser parte de uma comunidade imaginária – e o “fora” – não poder estar lá presencialmente, colaborar com suas ações, mas estar dentro do espaço confortável da virtualidade, que pode ser inclusive em sua casa, anexando bandeiras às postagens como forma de “apoio”.

Trazemos o próximo recorte que de certa forma dialoga com o primeiro, onde se percebem regularidades discursivas que revelam sentidos atravessados pela memória discursiva.

## Recorte 2

### **Beltrano shared Sicrano's photo.**

A MINHA BANDEIRA BRANCA JÁ ESTÁ NA JANELA.....É MINHA MANEIRA DE DIZER BASTA !!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

peço, ajudem a divulgar! Dê o seu SHARE pra que a gente possa vestir a cidade de branco!

#vemprajanela



Nessa postagem, também retirada do Facebook no mesmo dia da primeira, temos novamente um convite à participação na manifestação que ocorreria no dia seguinte, embora já estivesse em curso a maior delas. Novamente surge, agora no texto, o símbolo da bandeira, mas não a do país, a “bandeira branca”, que simboliza a paz. Não nos esqueçamos, simboliza também a rendição, que pode estar relacionada à rendição ao clamor popular, ao gesto de insatisfação geral, mas de natureza pacífica, portanto, evitando a ideia aqui de luta, de militância, como no primeiro recorte, o qual parecia bastante presente provavelmente pela postagem ter sido “importada” do *site* do *AnonymousBR*. Aqui, por outro lado, faz-se ouvir a voz da ordem social, do *status quo*.

Nesse recorte o enunciador compartilha o chamado para a participação por meio do compartilhamento da foto-postagem, que apresenta imagens reais de moradias diversas, com a presença simbólica do objeto (bandeira branca) nas janelas e antenas de carro. No entanto, o que se pede na postagem é que se fotografe a “adesão” à manifestação, publicando a foto identificada com o *hashtag* #vemprajanela, o que caracteriza a ideia de um grande espetáculo (DEBORD, 1977). Assim, a publicação da foto nas redes sociais serve como uma comprovação, uma legitimação, da participação “real” de cada membro da comunidade (virtual), lembrando ainda que, como no primeiro recorte, ela pode acontecer não obrigatoriamente no “campo de batalha” da rua, mas na sua casa, no seu deslocamento de carro para algum lugar.

Novamente a postagem é usada como forma de divulgação do evento, mas também para um direcionamento pacífico da manifestação. Podemos observar, na foto compartilhada, que há uma colagem de imagens tentando abranger tipos diferentes de moradia. A estratégia remete à abrangência e adesão ao movimento nas diferentes classes sociais (do morador da favela ao morador do prédio de luxo), o que justifica sua validade e importância.

O enunciador “legítima” o dizer da foto que compartilha dizendo já ter colocado sua bandeira – embora não a tenha fotografado, como recomenda a foto compartilhada de *Sicrano*. Também usando o imperativo (“dê o seu *share*”), pede ou, de certa forma manda, que as pessoas compartilhem a postagem. Essa demanda pelo compartilhamento reflete uma subjetividade que se constrói pelo olhar e aprovação do outro (TURKLE, 2011).

Notamos, ainda, na postagem de *Beltrano*, o uso do pronome possessivo “minha” (*minha* bandeira branca; *minha* maneira de dizer basta), o que parece significar uma forma de personalizar as ações sugeridas pela postagem de *Sicrano*, tornando-as de certa forma uma reação singular, que, ao mesmo tempo em que reforça o coletivo, dá espaço para uma certa “individualidade”, reação que também está prescrita na ordem social capitalista. A resistência se revela com a forma linguística “BASTA” acompanhada de várias exclamações, o que sugere a indignação do enunciador com a situação. No entanto, não sabemos ao que se refere com o uso do verbo “basta”, já que não há complemento ao verbo e ele pode se referir a tudo ou a nada, crítica que foi feita aos movimentos, uma vez que suas reivindicações se multiplicaram sem haver um foco que reunisse objetivamente suas demandas.

Concluindo essa breve análise, podemos perceber que há certa (con) fusão entre o espaço virtual e real no que diz respeito às mobilizações planejadas e executadas em junho de 2013, trazendo efeitos que não se restringiram ao mundo virtual. Na verdade,

observa-se a construção, como aponta Silva (2004), de um espaço híbrido em que a virtualidade implica o real e vice-versa, um legitimando o outro. Assim, podemos fazer também uma analogia com a construção das subjetividades, as quais imersas no mundo virtual encontram modos de expressão híbridos, relacionando as demandas pessoais às coletivas e modos de participação que se dão nas redes virtuais. No entanto, como as redes sociais se substanciam na propagação das imagens e mensagens, não há como não se refletir sobre o mote de Turkle (2012) de que o sujeito nelas só *é*, ou seja, tem sua existência, se compartilha na rede o que sente e pensa. Numa analogia ao pensamento cartesiano do “penso logo existo”, que inaugura a modernidade, teríamos na contemporaneidade “*I share therefore I am*”.

### **Representações do professor nas manifestações**

Abordamos, nesta parte da trabalho, quatro imagens postadas no Facebook em linhas do tempo de professores de línguas, entre os dias 20 de junho e 15 de outubro de 2013. As imagens, originalmente publicadas na mídia digital, têm em comum o fato de terem sido compartilhadas nessas linhas de tempo sem qualquer comentário, o que consubstancia o exacerbado processo de apropriação de discursos propiciado pela tecnologia digital e que, na mesma operação, potencializa processos de constituição identitária. Debord (1977, p. 15) nos ensina acerca da contemporaneidade que:

Não é possível fazer uma oposição abstrata entre o espetáculo e atividade social efetiva: esse desdobramento também é redobrado [...]. A realidade surge no espetáculo, e o espetáculo é real. Essa alienação recíproca é a essência e a base da sociedade existente.

Ampliando as considerações do autor acerca da sociedade do espetáculo, podemos afirmar que um dos processos contemporâneos de subjetivação decorre da necessidade de participar de uma sociedade do espetáculo que está obrigada ao compartilhamento, em que a identidade está em estreita relação com uma discursivização homogeneizadora acarretada pela repetição. Tendo sempre em mente a lição de Pêcheux (1997) de que a novidade de um enunciado está em seu acontecimento, observamos que, tal qual as pinturas de Warhol que marcam o culto à celebridade em sua repetição, as imagens com seus enunciados (e os sujeitos) são incontáveis vezes replicadas por diferentes sujeitos na esteira das manifestações. Portanto, o compartilhamento – que, como já se afirmou aqui, constitui a possibilidade de existência do sujeito (TURKLE, 2012) –, constitui grande parte do jogo discursivo que opera nas redes sociais.

No caso das postagens que examinamos, há de se apontar, de um lado, a recorrência da máscara que homogeneiza a identidade, como se pode ver nas imagens a seguir.



Figura 1. Salário e prestígio



Figura 2. A proteção da bandeira

*V de Vingança*, bem o sabemos, é filme *cult* que, constituindo nossa memória discursiva, traz à materialidade do discurso a promessa de tornar realidade a vitória pela união. Entretanto, essa vitória é alcançada pela vingança, pela violência. Assim, é para o entremeio derrideano desse V, em que se conjugam vingança, violência e vitória, que confluem as esperanças dos manifestantes, materializadas linguisticamente no enunciado (“Professor te desejo um salário de um deputado e o prestígio de um jogador de futebol”) que assinala o desejo de (re)condução do professor a uma posição econômica e social que, por implicação, é-lhe devida e, por conseguinte, falta-lhe, constituindo, desse modo, o professor em vítima.

Esse processo de vitimização, de destituição socioeconômica do professor, vem sendo discursivamente disseminado há muito, mas é durante as manifestações que sua construção se faz pela contraposição a duas posições que ficam, de certa forma, sob a mira dos protestos: os políticos (deputado) e os esportistas (jogador de futebol). Nessa operação, é importante notar, marca-se uma inversão de valores, já que o prestígio cabe ao jogador de futebol e não ao deputado cuja eleição dependeu de e marcou prestígio, enquanto o salário cabe ao deputado e não ao jogador que, bem o sabemos, recebe valores astronômicos. Assim, pode-se dizer que se deseja ao professor uma meia medida, nem tanto salário, nem tanto prestígio.

De outro modo, pode-se entender que (re)escreve-se o significado de prestígio como capital econômico, já que o prestígio é (re)escrito como salário e, sendo assim, (re) inscreve-se o professor como capital econômico, já que sua reterritorialização depende de seu alçamento na pirâmide econômica, o que se reafirma no enunciado “Educação padrão FIFA”, que surge na segunda postagem.

Ali, escoltado pelos mascarados protegidos pelo símbolo de unidade nacional, a marca de sua legitimidade, temos o pleito pela qualidade, que, com efeito de ironia, coloca em questão a qualidade da educação e, em decorrência, a qualidade do professor e, na marca da falta, manifesta a desterritorialização da educação pelo futebol.

Essa falta é (re)(ins)(es)crita na imagem que se segue, em que a bandeira é substituída pelo escudo e, assim, o enunciado de pertença “Ordem e Progresso”, que se encontra em nosso símbolo nacional, é substituído por CHOQUE, em uma operação que constrói o antagonismo, o confronto entre manifestantes e a força policial, representando, de alguma forma, as instituições organizadas.



Figura 3. O luto em duplo efeito



Figura 4. Uma fantasia do desejo

Observe-se que o anonimato propiciado pela máscara é desnecessário, pois o professor se dá a conhecer ao (re)(ins)(es)crever-se no cartaz: “LUTO PELA EDUCAÇÃO”. No duplo efeito de LUTO, asserção de uma ação e de estado de dor perante a morte, estabelece-se que se luta porque se está de luto, na asseveração constante de uma educação que está morta e que se quer (re)viver. De nosso ponto de vista, é esta representação de professor como eterno lutador, morto-vivo aprisionado pela contingência de uma educação sem qualidade que é (re)construída nas marcas da violência configuradas na próxima imagem que trazemos:

De uma parte, temos o efeito de ironia propiciado pelos adereços que os professores carregam: a coroa e o quepe do prestígio que lhes falta e que, como prótese, tem de lhes ser apostado e que, porque prótese, parece mal ajustado. Desejo em uma fantasia, fantasia do desejo, prestígio presente-ausente que só lhes caberá pela luta e para que ela seja possível, uma segunda prótese lhes é aposta, o escudo protetor que, na simbolização de unidade que se enuncia na unicidade da forma e no enunciado aglutinador “TROPA DE PROF”, transmuta o professor lutador enlutado em professor lutador violento – o mesmo e o outro, o mesmo-outro. Se antes agachado, agora em pé, disposto a cerrar fileiras, em posição de batalha.

Entretanto, a escrita é *phármakon*, remédio e veneno, como nos ensinou Platão no Diálogo de Fedro (cf. DERRIDA, 1991), e em seu fio, a memória desliza e a língua traiçoeira escreve PROF com zero, como se observa no círculo cortado que substituiu a letra “O”, negando-lhe o prestígio. Por conseguinte, o que temos é o *simulacrum* lyotardiano (LYOTARD, 1998), tudo nele é verdadeiro-falso, aparência-realidade, bem ao espírito da sociedade do espetáculo em que vivemos.

### Algumas reflexões finais

Neste breve estudo foi possível trazer, de espaços discursivos diferentes, alguns traços identitários da constituição do sujeito que emergiram da análise da materialidade linguística dentro do contexto histórico-social das mobilizações de junho de 2013, os quais refletem a coexistência deste sujeito num espaço híbrido que contempla o “real” (a mídia impressa, por exemplo) e o “virtual” (as redes sociais), em que os efeitos de sentido se disseminam em ambos os espaços, contribuindo para filiações discursivas que remetem a uma ordem do discurso, à qual o sujeito e seus dizeres estão condicionados, ainda que pense ser “dono” do seu dizer e ter controle sobre os sentidos (PÊCHEUX, 1997), uma vez que a memória discursiva o atravessa e que há representações que estão

marcadas por essa memória constituída de vários discursos, tais como o da mídia, o do capitalismo, o da repressão militar, o do mundo do futebol, entre outros.

Assim, o professor se coloca como um bem de consumo entre outros “objetos” de consumo desejáveis na sociedade capitalista, tais como o político e o jogador de futebol, cuja memória social remete a um espaço de privilégio e poder. Por outro lado, observamos, no discurso da mídia impressa, uma variação na nomeação que é conferida aos manifestantes e ao movimento, forjada a partir da proporção que o evento toma e os efeitos de sentido outros que vão sendo construídos a partir de sua repercussão social, tornando-se, então, um acontecimento.

Nota-se, ainda, que, mais marcadamente, o sujeito pós-moderno é tomado por uma necessidade de compartilhar – algo – com outro, amplificada pelo acesso às redes sociais. No entanto, esta necessidade se dá pela criação de “comunidades imaginárias”, uma vez que os laços sociais são mais porosos e flexíveis e, de certa forma, mais pragmáticos, uma vez que a virtualidade permite esse fluxo recorrente do “entrar” e “sair”, do pertencimento e do não pertencimento, de forma muito mais efetiva e instantânea. Esse “esfacelamento” e descentramento das identidades na contemporaneidade, o qual se produz no cruzamento das representações sociais forjadas no e pelo discurso, inclusive mediado pelas novas (e velhas) tecnologias, escancara a impossibilidade da produção de sentidos únicos e a existência de uma língua que articula estrutura e história, o que permite, por outro lado, entender que os modos de subjetivação estão em constante modelagem e movimento.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, L. *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença, 1978.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORREIA, J. C. *O admirável mundo das notícias: teorias e métodos*. Covilhã, UBI, LabCom: Livros LabCom, 2011. (Série Estudos da Comunicação)
- DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1977.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs*. Capitalismo e Esquizofrenia. Rio de Janeiro: 34, 1995. V. 2.
- DERRIDA, J. *A Farmácia de Platão*. São Paulo: Iluminuras, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- DIAS, C. *Sujeito, sociedade e tecnologia: a discursividade da rede (de sentidos)*. São Paulo: Hucitec, 2012.
- ENZENSBERGER, H. M. *Elementos para uma teoria dos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.
- FOLHA DE S. PAULO. *Novo Manual da Redação*. Folha de S. Paulo: São Paulo, 1996.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- \_\_\_\_\_. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007. (Coleção Leituras Filosóficas).
- GIDDENS, A. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- GOMES, M. R. *Poder no jornalismo: discorrer, disciplinar, controlar*. São Paulo: Hacker Editores, Edusp, 2003.
- LÉVY, P. *O que é virtual?* Tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 1998.
- LYOTARD, J-F. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1998.
- MELO, J. M. de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.
- SILVA, A. *Interfaces móveis de comunicação e subjetividade contemporânea*, 2004. Tese (Doutorado) – Escola de Comunicação, UFRJ, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.souzaesilva.com>>. Acesso em: 29 mar. 2007.
- TOURAINÉ, A. *Iguais e diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, 1997.
- TURKLE, S. *Alone together: why we expect more from technology and less from each other*. NY: Basic Books, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Connected, but alone? TED*. Disponível em: <[http://www.ted.com/talks/sherry\\_turkle\\_alone\\_together](http://www.ted.com/talks/sherry_turkle_alone_together)>. Acesso em: 08 out. 2014.